

ATA DA 164ª (CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV – REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2020.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de 2020, às 09:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para a reunião mensal, através da plataforma Teams, registrando a participação dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Bruno Costa Novo, Claudinei Soares, Andreza de Souza, Leonardo Cavalcanti e André Bentes, ainda o sr. Bruno Barroso representando a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Registra-se a presença dos membros do Conselho Fiscal: Keytiane, Marcos Abensur, Afrânia Corrêa, Eduardo, Marcos Roberto, Antônio Rosa Junior, Lígia, Mara Roberta Guimarães e Maria da Conceição. Participaram como representantes da Diretoria: Miltonir Correa, Turíbio da Costa e Maria Adelaide.

1. APRESENTAÇÃO AO COFIS: O sr. Alan Nascimento iniciou a reunião apresentando aos membros do Conselho Fiscal da relação responsabilidades do COFIS junto aos investimentos da Amazonprev, com destaque para: Embasamento Legal, Composição e Responsabilidades do Comitê de Investimentos, Responsabilidades do COFIS, Compreensão da Política de Investimentos e do Relatório de Investimentos com informações sobre a Meta Atuarial, dentre outros.

2. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS, CENÁRIO E RESULTADOS - Maio/2020. A respeito do Cenário de maio/2020, conforme registrado no Relatório de Investimentos: No último mês, a evolução dos dados da pandemia continuou apresentando números elevados, mantendo as incertezas sobre desenrolar dos impactos no Brasil. As discussões sobre uma possível retomada das atividades comerciais se intensificaram com a divulgação de planos de retorno das atividades, com destaque para os apresentados pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Todavia, ainda permanecem dúvidas sobre como será o processo de retomada, principalmente, no tocante ao comportamento das pessoas e, consequentemente, nos efeitos na atividade econômica do país. Na tentativa de amenizar os efeitos do COVID-19 sobre a economia, os bancos centrais pelo mundo adotaram medidas monetárias focadas na liquidez e manutenção da funcionalidade dos mercados e medidas fiscais focadas em transferências de renda para famílias e empresas. O total estimado de medidas anunciadas (monetárias + fiscais) das economias avançadas totalizam até agora US\$ 12,9 trilhões, sendo 54% medidas fiscais e 46% medidas monetárias. Destaque recente para as medidas de expansão monetária e fiscal da União Europeia e de alguns países da região. Nesse cenário de crise e de estímulos

fiscais, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic em 75 p.b. e sinalizou novo corte na próxima reunião, de magnitude não superior à atual. Em decisão unânime, a Selic passou de 3,75% para 3,00% a.a.. A avaliação do Copom é de que a pandemia está provocando efeitos superiores em termos de desaceleração do crescimento global, queda dos preços das commodities e aumento da volatilidade dos preços de ativos financeiros, o que torna o ambiente desafiador para as economias emergentes. As medidas monetárias anunciadas pelo governo brasileiro representam 33% do PIB (foco em liquidez e funcionalidade dos mercados). Com relação ao cenário básico para a inflação, o Comitê avalia que existem riscos em ambas as direções. De um lado, o nível elevado de ociosidade, com a redução da demanda por conta dos efeitos do isolamento social, deve produzir trajetória de inflação abaixo do esperado. Por outro lado, uma maior deterioração da trajetória fiscal, em função do aumento de gastos relacionados à pandemia, bem como a incerteza em relação às reformas que podem elevar os prêmios de risco para o país, elevando a taxa de juros estrutural. Assim, o Comitê indicou que esse cenário prescreve estímulo monetário elevado, mas a magnitude dos ajustes adicionais dependerá tanto dos desdobramentos de política fiscal como da evolução dos indicadores de atividade. O PIB do 1º trimestre de 2020 registrou queda de 1,5%. Em relação ao mesmo período do ano passado, o recuo foi de 0,3%. Na comparação trimestral, pela ótica da demanda, houve queda do consumo das famílias (-2,0%) e das exportações (0,9%). Pela ótica da oferta, apresentaram queda os setores de serviços (-1,6%) e indústria (-1,4%), enquanto agropecuária apresentou crescimento (0,6%). O impacto das medidas de isolamento social sobre o crescimento do 1º trimestre de 2020, que afetou apenas 1/6 do trimestre, corrobora uma expectativa de queda de magnitude expressiva da atividade no 2º trimestre. No entanto, ainda há muitas incertezas com relação a capacidade de reação da economia, as principais instituições financeiras do país estimam retração do PIB variando entre 5% a 8%. Mas são dados que serão sempre revistos à medida que a economia retome as atividades. Quando se fala de retomada da economia, é preciso dizer que houve destruição recorde de 1,2 milhão de empregos formais nos meses de março e abril. Segundo os indicadores do Caged e com o ajuste sazonal, o saldo negativo de criação de vagas de emprego formal foi de 222 mil em março e de 958 mil em abril, o pior mês já registrado. Adicionalmente, segundo os dados da PNAD, que abrangem também o setor informal, quase 3 milhões de pessoas deixaram de ser ocupadas em abril. No entanto, o fato de muitos trabalhadores deixarem de ter procurado emprego no mês fez com que a elevação do desemprego tenha sido pequena. Se fosse mantida a taxa de participação constante, a taxa de desemprego com ajuste sazonal seria de 14,2%, ante os 12,0% efetivamente registrados no

mês. Os números mostram a magnitude do efeito das medidas de isolamento social sobre a atividade, e consequentemente, sobre o mercado de trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho, 8,1 milhões de trabalhadores tiveram redução de jornada ou suspensão temporária do mercado de trabalho até maio. Nas próximas leituras, os indicadores de emprego devem continuar repercutindo a evolução desfavorável da atividade. A inflação ao consumidor (IPCA) apresentou deflação em abril e na prévia (IPCA-15) de maio. Em abril o índice variou -0,31%, Em termos qualitativos, a média dos núcleos de inflação (exclui itens voláteis) registrou deflação, de -0,01%, ao passo que, em doze meses, houve desaceleração de 2,8% para 2,4%. Já o IPCA-15 de maio variou -0,59%. Ambos resultados sinalizam continuidade do cenário benigno para a inflação. Está projetada para esse ano uma inflação de 1,6%, abaixo do piso da meta do Banco Central (de 2,5%). Nos EUA, atividade econômica sofreu retração histórica em abril. O país registrou destruição de 20,5 milhões de vagas de emprego no mês, levando a taxa de desemprego a 14,7%. A medida mais ampla de desemprego, considerando aqueles que deixaram de buscar trabalho, alcançou 22,8%. O resultado significou a maior alta desde 1939. As vendas no varejo recuaram 16,4% e a produção industrial recuou 11,2% em abril, ambos em comparação com março. Os resultados são compatíveis com retração da ordem de 10% do PIB, em função dos impactos da pandemia. Nesse cenário, o Fed indicou que o momento prescreve estímulos monetários. Em ata da reunião na qual o Banco manteve a taxa de juros no intervalo de 0,25% a.a. e 0% a.a., os membros reforçaram que o cenário ainda contempla uma incerteza extraordinária para a economia, decorrente da evolução da pandemia. Sobre a atividade, há o risco de manutenção da taxa de desemprego em patamar elevado e de queda do consumo das famílias. Já a inflação deve se manter abaixo da meta, com queda da demanda, fortalecimento do dólar e redução do preço do petróleo. Com isso, parte do comitê prevê a possibilidade de aumento dos estímulos e de sua duração. Ainda em um cenário bastante incerto, o Fed deverá manter ou acelerar os estímulos nos próximos meses. Apesar de um cenário com risco elevado para a taxa de desemprego nos EUA, o Relatório de Emprego (Payroll) mostra recuperação de 2,5 milhões vagas já em maio (consenso -8,0 milhões) e confirma que a economia já está nos trilhos da recuperação. Oficialmente, Desemprego caiu de 14,7% para 13,3% com o retorno de 2,7 milhões de trabalhadores que estavam em layoff temporário, número que superou em muito as 384 mil demissões definitivas no mês. Dado surpreendeu até os mais otimistas e indica uma retomada mais vigorosa que o esperado da atividade após redução das restrições sanitárias. Na China, começa a retomada gradual da atividade, mas diante das incertezas autoridades decidem não fixar meta de crescimento para o ano. A produção industrial do país se elevou 3,9% na

comparação anual em abril e as vendas no varejo recuaram 7,5%, após queda de 15,8% em março. O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, defendeu que o país deve priorizar a estabilização do emprego e a redução da pobreza. Nesse sentido, o governo não adotou meta de crescimento, mas fixou como objetivo a criação de 9 milhões de empregos neste ano, com aumento dos gastos em infraestrutura. De modo geral, os dados diários de atividade na China sugerem uma retomada gradual, compatível com crescimento de cerca de 2% do PIB em 2020. Um dado importante sobre maio é o PMI (Purchasing Managers' Index) da Indústria Global que registrou uma retomada ao subir 2,7 pontos em maio, após ter despencado 9,2 pontos em abril. O indicador dos avançados subiu 3,0 pontos, puxado principalmente pela Europa e UK, ao passo que o dos emergentes avançou apenas 2,3 pontos. A reabertura gradual de boa parte das economias parece ter se refletido em incipiente recuperação da indústria. A disseminação da reabertura em mais regiões do globo aponta para continuada aceleração dos PMIs à frente. (Fonte: Relatório Síntese Mensal – BRAM / Notas Econômicas – BBDTV / Relatório Semanal de Mercado – BNP Paribas). Com resultados favoráveis no mês de maio/2020, registra-se:

a) Rentabilidade FPREV - Executivo. Rentabilidade de 0,4814% no mês, com acumulado anual de -10,11%, resultando num ganho abaixo da meta para o período de 12,0836%. Em 12 (doze) meses o resultado está abaixo da meta em 2,3337%

b) Rentabilidade FPREV ALE. Rentabilidade no mês de 0,2027%, e com acumulado anual de -0,1244%. O resultado sobre a meta atuarial no mês foi de +0,1071%, e no ano de -1,0660%.

c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ. A rentabilidade de 1,1009% no mês, e no ano de 0,7247%.

d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça. A rentabilidade de 10,59887% no mês, e no ano de 15,9274%.

d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Contas. A rentabilidade de -5,7460% no mês, e no ano de -7,3559%.

e) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública A rentabilidade de 1,8521% no mês, e no ano de 1,9734%. Por fim, considerando os resultados **Consolidados** da AMAZONPREV FPREV, o Comitê registra rendimentos em abril/20 de 1,0558%, com resultado acima da meta atuarial em 0,8885%. No acumulado anual e em 12 (doze) meses, reitera-se o registro de que, não há de se falar em prejuízo financeiro para o fundo, pois não houve resgate das aplicações com resultados negativos. E que a estratégia principal adotada para a escolha dos ativos é a análise da capacidade dos gestores dos fundos de investimentos, em especial os fundos de Ações, em apresentar resultados acima do índice de referência.

O Senhor Alan informou que a base de cálculo para apuração da rentabilidade pelo atuário precisa ser revista, pois com a utilização dos recursos para o FPPM e FTEMP os registro de Arrecadação e Folha de Pagamento ainda não estavam segregados em março e abril/2020, e

que essas mudanças poderão afetar os resultados do FPREV Executivo. Além disso, os resultados do TCE e TJ/AM também serão revistos devido o processo de encontro de contas ter sido concluído. Dessa forma, na próxima Reunião do Comitê essas informações já devem estar finalizadas.

3. Registro de Cenário e expectativas: Com base na análise do Sr. Claudinei Soares: Os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica têm se mostrado mais intensos do que o esperado. Se há um pouco mais de clareza sobre o segundo trimestre, há muita incerteza em relação ao ritmo de retomada a partir da segunda metade do ano. Na ausência de um medicamento comprovadamente eficaz, é muito difícil inferir o comportamento das famílias e empresas com o fim do isolamento. Apesar de alguns programas de apoio a empresas e famílias mitigarem parte dos impactos da crise, sem um remédio eficaz, a perda de renda tende a ser mais duradoura. Assim, com empresas e famílias mais endividadas, possível aumento da poupança precaucional e elevação do desemprego, é provável que a retomada seja gradual. Esse ambiente de incertezas, fez com que o real acumulasse uma depreciação maior do que os pares desde o início da pandemia. Apesar dessa depreciação cambial, a inflação continua exibindo trajetória benigna. O choque de demanda ocasionado pela contração do emprego e renda tem prevalecido sobre a depreciação cambial. Diante desse quadro, o Banco Central deve seguir cortando a taxa de juros para 2,25% e poderá mantê-la nesse patamar até o final do próximo ano. O regime de metas de inflação confere espaço para o Banco Central cortar os juros e prover estímulo adicional à economia. Circunstancialmente, o enorme hiato do produto manterá a inflação e os juros baixos. Mas as condições para manutenção desse cenário dependem muito do quadro fiscal e da política econômica pós pandemia. Os próximos quinze dias, na economia global, serão cruciais para a compreensão do comportamento da transmissão do vírus após o início da reabertura de várias atividades. Vários protocolos estão sendo testados e espera-se uma compreensão ampliada de quais medidas são mais efetivas para que haja uma reabertura segura das economias. Por ora, os sinais são preliminarmente encorajadores de que a transmissão tem se mantido controlada nos países que já estão abertos há mais tempo, com dados econômicos que sinalizam gradual retomada. Tanto a Europa quanto partes dos Estados Unidos foram fortemente afetados pela pandemia e tiveram que implementar medidas de distanciamento social restritivas, de impacto recessivo. Da mesma forma que cada país europeu e estado americano adotou sua própria estratégia na quarentena, as evidências de contenção do ritmo de transmissão da doença também têm permitido que diferentes estratégias de reabertura possam ser testadas. O desempenho da economia chinesa tem surpreendido de forma positiva, após a pandemia ter sido controlada no país. Tanto em março, mas principalmente em abril, nota-se retomada mais

disseminada, com retorno à normalidade em quase todos os segmentos. A demanda tem se recuperado gradualmente, limitada pelas medidas de distanciamento social ainda presentes – que impactam segmentos como turismo e serviços em geral – e pelos ajustes do mercado de trabalho observados no período. Estima-se que ao menos 100 milhões de pessoas possam ter perdido o emprego, ainda que temporariamente, de um total de cerca de 600 milhões de empregos urbanos. Esperamos que a trajetória de crescimento ganhe tração especialmente no segundo semestre, ainda que já se espere crescimento neste trimestre. O governo chinês sinalizou na reunião anual do Congresso Nacional do Povo que, dadas as elevadas incertezas do momento, não optará por uma meta de crescimento neste ano. Ainda assim, tendo o mercado de trabalho, como prioridade, pretende gerar 9 milhões de empregos e, para tanto, ampliará os estímulos econômicos, com destaque para a forte expansão fiscal. Estima-se que o déficit fiscal sairá de algo próximo a 7% em 2019 para 14% em 2020 e um dos segmentos beneficiados será o de infraestrutura. Os desafios para a China neste ano ainda se concentram no desempenho da demanda externa e na evolução dos temas geopolíticos com os EUA, que têm se extrapolado para além do comércio e constituem outro risco importante para os mercados internacionais no médio prazo. Considerando que se trata de recursos previdenciários, ou seja, de médio e longo prazo, deve-se manter a atual estratégia, alocando recursos gradativamente em renda variável, uma vez que a bolsa brasileira ainda está muito descontada, com perspectivas de recuperação plena ao final de 2021. Deve-se continuar com a busca por diversificação global, esta é uma evolução do mercado, com a alocação de recursos no exterior, até o limite máximo permitido, com o objetivo de mitigar os riscos de volatilidade da carteira. Com relação a renda fixa, apenas quando ser tratar de fundos com gestão ativa ou alocação dinâmica.

3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO. Para a definição da estratégia de alocação dos recursos, os membros do comitê emitiram sua opinião acerca das suas expectativas sobre o momento para a economia global e o mercado interno, e qual é a melhor estratégia a ser adotada para os próximos meses. Assim, após manifestação dos membros do Comitê, houve o entendimento, de que **pode-se manter a estratégia de aplicação em Renda variável e Investimento no exterior**, como já vem sendo discutido nas últimas reuniões, pois, o cenário de expectativa para o Ibovespa, com a melhora no otimismo nos países desenvolvidos, ainda é favorável mesmo com a possibilidade de aumento da volatilidade no mercado interno com o agravamento da crise política, que tem se mostrado recorrente nesse Governo. Se considerar a variação do Ibovespa, a partir do pior momento da bolsa em 23/03/2020 até o dia 15/06/2020, o índice teve variação de 45,31%. Além disso, a diversificação da carteira deve ser com alocação em fundos de investimento no exterior, no

caso dos RPPS são os fundos BDR, de forma a estabelecer maior correlação negativa entre as bolsas internacionais e o Ibovespa, e como é observado pelo Sr. Bruno Barroso, em fundos *hedgeados* em dólar, tanto em ações, *bonds* e *hedge funds*. **As aplicações em fundos de Renda Fixa** foram desconsideradas em fundos de maior *duration*, que apesar da queda da taxa de juros, que deve favorecer os fundos IMA, deverá sofrer com maior volatilidade devido às crises Política internas, e um eventual piora do Orçamento Fiscal do país. No entanto, caso seja necessário, devem ser direcionados recursos para fundos com Gestão Ativa ou indexados ao IMA B5, de forma a reduzir a volatilidade da carteira. De forma que o Comitê sugere: **3.1. FPREV EXECUTIVO:** **a)** Ratear os novos recursos entre os fundos: ICATÚ VANG. FI RF INFLAÇÃO CP LP (19.719.727/0001-51) até completar o limite de 4,75% do PL do fundo; AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL FIC FIA (CNPJ/MF 34.791.108/0001-61); BTG ABSOLUTO INST. FIQ FIA (11.977.794/0001-64); OCCAM FICFIA (11.628.883/0001-03); Fundo Sulamérica EQUITIES FI ACOES (11.458.144/0001-02) **b)** Migrar o valor de até R\$ 10 milhões em cada fundos de Investimentos no exterior BDR respeitando os limites da Resolução CMN 3.922/10, conforme segue: **b1.** Do fundo BB Previdenciário Alocação Ativa para o fundo BB FI AÇÕES BDR NÍVEL I; **b2.** Do fundo SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC FI RF para o fundo SAFRA CONSUMO AMERICANO BDR (19.436.818/0001-80); **b3.** Manter o valor de até R\$ 2 milhões no fundo Bradesco Maxi poder Público, para fins de atender as outras despesas previdenciárias, como: diferenças de benefícios e extrajudiciais. **3.2. FPREV ALE:** direcionar os novos recursos para os fundos: ICATÚ VANG. FI RF INFLAÇÃO CP LP (19.719.727/0001-51) até completar o limite de 4,75% do PL do fundo; OCCAM FIC FIA (11.628.883/0001-03) e SAFRA CONSUMO AMERICANO BDR (19.436.818/0001-80). **3.3 MPE FPREV. Novos Recursos:** Direcionar para o CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA (23.215.097/0001-55), aproveitando o melhor desempenho desse ativo comparado aos demais fundos com a mesma estratégia. **3.4 DPE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA (23.215.097/0001-55), aproveitando o melhor desempenho desse ativo comparado aos demais fundos com a mesma estratégia. **3.5. TJ/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA (23.215.097/0001-55), aproveitando o melhor desempenho desse ativo comparado aos demais fundos com a mesma estratégia. **3.6. TCE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Direcionar para o CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA (23.215.097/0001-55), aproveitando o melhor desempenho desse ativo comparado aos demais fundos com a mesma estratégia. **3.7 Outros Repasses – TCE e TJAM: a) Novos recursos:**

os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para o fundo Maxi Poder Público, visando otimizar a operacionalização do pagamento de inativos e pensionistas desses órgãos. Todos foram de acordo. **3.8 Fundo Financeiro - EXECUTIVO, ALE, DPE e MPE:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. Devem ser observados os limites para aplicação conforme legislação vigente. **3.9. COMPREV.** Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Alocação Dinâmica, de forma manter o enquadramento dos recursos da Amazonprev. **3.10. Recursos da Taxa de ADM:** Os Novos Recursos repassados pelo Poder Executivo, devem ser aplicados no fundo Maxi poder Público, direcionando o residual, se houver, para o Fundo Caixa Gestão Estratégica. Aos valores repassados pelos demais órgãos serão mantidas as aplicações atuais. Havendo necessidade, a GERA/COFIN pode solicitar transferência de valores da Caixa para o Bradesco. **3.11. Recursos FPPM:** As disponibilidades referentes aos recursos do FPPM e FTEMP serão direcionadas para fundos de Renda Fixa. Sugerido pelo Sr. Leonardo Cavalcanti que seja utilizado o fundo Maxi Poder Público, pois se tratam de recursos para pagamento de folha de aposentados e pensionistas. Todos foram de acordo. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se a posição em 15/06/2020: **FPPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,938 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 4.206 bilhões; TPF: R\$ 636.271 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 11,464 milhões; Imóveis: R\$ 60,353 milhões. **FPPREV ALE:** R\$ 13,274 milhões. **FPPREV MPE/AM:** R\$ 160,181 milhões. **FPPREV-TJAM:** R\$ 37,762 milhões em Fundos de Investimentos. **FPPREV-TCE:** R\$ 6,238 milhões aplicados em Fundo de Investimentos. **O Total de Recursos da Amazonprev, considerando todas as aplicações e disponibilidades é de:** R\$ 5,766 bilhões. **05. DELIBERAÇÃO SUPERIOR.** Conforme Despacho de 10/06/2020, que a DIRAF concorda com as orientações apresentadas pelo COMIV no item 3. Estratégias para o próximo período, considerando a cautela e prudência diante do Cenário econômico atual, além da importância de diversificar as aplicações. No item 7. FTEMP, a DIRAF concorda com a sugestão de utilização dos recursos disponíveis nos fundos, conforme Parecer nº. 1133/2020. **06. REUNIÃO COFIS:** O Sr. Alan deu ciência aos membros de que a reunião do Comitê a ser realizado em 17/08/2020 contará novamente com a participação do Conselho Fiscal, em atendimento aos Normativos Internos e Manual do Pró Gestão. **07. FTEMP:** O Parecer nº. 1133/2020 sugerindo a utilização dos recursos disponíveis nos fundos: BRADESCO DI PREMIUM REFERENCIADO DI, BRADESCO INSTITUCIONAL FIC FI RF IMA B5, SANTANDER ATIVO FIC FI, CAIXA FI BRASIL IMA B5 e BB

PREVIDENCIARIO RF ALOCAÇÃO ATIVA, zerando a posição nesses fundos de investimentos, foi aprovado pela Diretoria, devendo ser apreciado pelo CONAD, pois supera o montante de R\$ 1 bilhão, conforme estabelece o Plano de Limite de Alçadas, onde está registrado que as movimentações com valores acima de R\$ 500 milhões, devem ser autorizados pelo Conselho de Administração – CONAD.

08. ALTERAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: Registrado pelo Sr. Alan que, com base no RELATÓRIO DE AÇÃO CORRETIVA E OPORTUNIDADE DE MELHORIA - RAC nº. 028/2020 referente ao procedimento para os Limites de Alçadas, foram submetidas ao Comitê propostas de alteração do Manual de Procedimentos para adequação do fluxo do processo. Foram incluídos itens específicos para participação da Diretoria e Conselho Fiscal, além dos esclarecimentos para aplicação dos limites de alçada para o COMIV. Todos foram de acordo, devendo a proposta seguir com o Processo nº. 1309.2020 encaminhado pelo CONTRIN. O Sr. Bruno Costa Novo informou que realizou ajustes no Processo de Credenciamento para as Instituições Financeiras, visando maior otimização no Processo em critérios que estavam pendentes de atualização, como Documentos de Regularidade Fiscal e Previdenciária além do Rating para gestores. Será encaminhado à Diretoria para aprovação e posterior disponibilização da Diretoria.

09. Outros assuntos: O sr. Alan informou que no período de 01 de julho a 15 de julho de 2020 estará em gozo de férias, e todas as demandas sobre investimentos serão atendidas pelo sr. Bruno Costa Novo.

10. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando prevista para o 17/07/2020, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.



Alan Nascimento
Coordenador



Bruno Costa Novo
Secretário



Bruno Barroso
Membro



Leonardo Cavalcanti
Membro



Andreza de Souza Silva
Membro



Claudinei Soares
Membro



André Luis Bentes de Souza
Membro